

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

NOTA TÉCNICA N ° 55/ 2016

PAAF n° 0024.08.001924-3

- I. **Assunto:** Acompanhamento do cumprimento do Termo de Ajustamento de Compromisso firmado com a Gerdau Açominas- Várzea do Lopes 13 MTA.
- II. **Município:** Belo Vale.
- III. **Localização:**

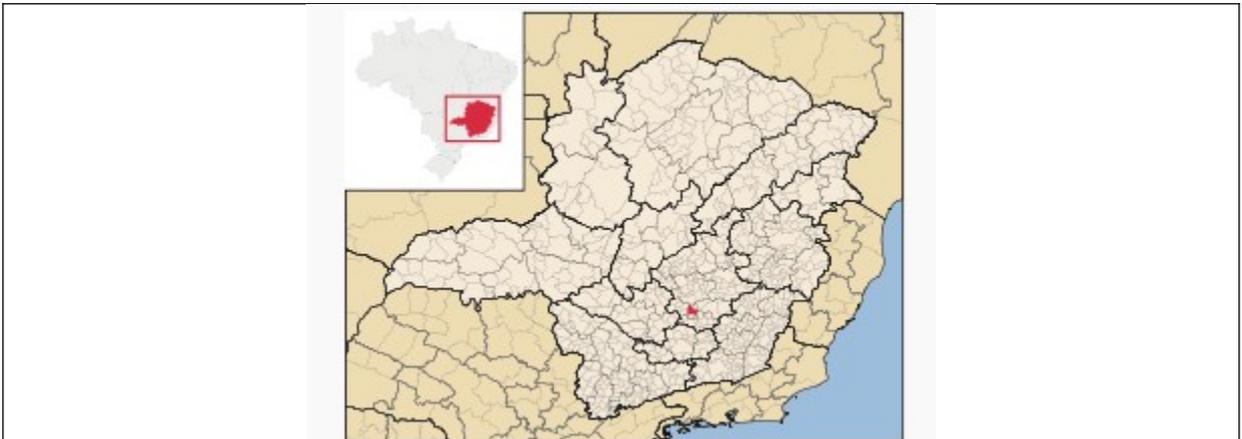


Figura 01 – Imagem contendo a localização do município de Belo Vale. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Belo_Vale. Acesso 30-06-2015.

IV. Contextualização:

No dia 02 de setembro de 2013 foi celebrado Termo de Compromisso entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e a Gerdau Açominas S/A., com a anuência do Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Como medidas relacionadas aos impactos em detrimento ao patrimônio arqueológico, foram estabelecidas obrigações a serem cumpridas pela compromissária, dentre as quais se destaca:

c- Elaborar e executar, em parceria com o Museu do Escravo de Belo Vale, no prazo de 180 dias, projeto museológico e museográfico para toda a instituição, com proposta de exposição específica sobre as pesquisas e achados realizados na Várzea do Lopes, bem como restauro das duas urnas funerárias existentes na UFMG, até o limite financeiro de R\$ 215.000,00.

Em novembro de 2014, profissionais da UFMG, sob a coordenação-geral do professor José Eustáquio Machado de Paiva, apresentaram a proposta final de Requalificação Museológica do Museu do Escravo – Belo Vale, em atendimento à cláusula n° 15-c do TAC, assinado entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e a Gerdau Açominas S/A.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

No decorrer do desenvolvimento dos trabalhos, a Gerdau encaminhou a esta Promotoria relatórios bimestrais, informando sobre as ações e atividades implementadas no âmbito do projeto de Requalificação do Museu do Escravo.

Além disso, foram realizadas reuniões na sede desta Promotoria com o objetivo de acompanhar o cumprimento da obrigação estabelecida em relação ao Museu do Escravo. Destaca-se a reunião realizada no dia 11 de novembro de 2015, da qual participaram representantes do município de Belo Vale, da Gerdau e os coordenadores da requalificação do museu, que apresentaram o escopo e o estágio de implantação.

Com base na análise destes relatórios, em 26 de abril de 2016, o setor técnico desta Promotoria elaborou uma certidão, concluindo que a cláusula nº 15-c do TAC estava sendo devidamente cumprida. Foram apontados significativos avanços no projeto de Requalificação do Museu do Escravo, destacando-se o processo de inventário do acervo e de restauro das urnas funerárias.

Nesta certidão, ressaltou-se que o inventário até então apresentado tratava-se de um inventário preliminar do acervo e que precisava ser detalhado, com informações referentes às dimensões das peças e ao material que as constituem. Destacou-se também que se aguardava a reorganização da exposição do Museu do Escravo e sua entrega para a comunidade de Belo Vale.

Ainda nesta certidão, foi relatado um contato telefônico realizado com o professor José Eustáquio Machado de Paiva, que informou a existência de graves problemas construtivos na edificação do museu, sobretudo no telhado, expondo a riscos o material que se encontrava exposto. O professor informou ainda que a Prefeitura Municipal de Belo Vale estaria planejando executar obras emergenciais no prédio do museu.

Em 30 de junho de 2016, foi realizada nesta Promotoria reunião com representantes do município de Belo Vale. Com relação ao Museu do Escravo, foi esclarecido que sua gestão dever ser feita pela Prefeitura Municipal e que o escopo do projeto, cujos recursos o Ministério Público destinou ao Museu em decorrência de TAC com a Gerdau, consiste no inventário das peças, na restauração das urnas e na elaboração de banner relativo aos bens arqueológicos. Ressaltou-se que qualquer iniciativa além destas não possui a chancela do Ministério Público. Foi solicitado ao prefeito de Belo Vale que o município providenciasse a correção nos problemas do telhado da edificação e da rede pluvial que passa pela senzala, até o mês de dezembro de 2016.

Em 30 de junho de 2016, a Gerdau encaminhou a esta Promotoria o Projeto de Requalificação do Museu do Escravo, no formato de DVD's, acompanhados de um Relatório Final, elaborado pelo coordenador geral do Projeto professor José Eustáquio Machado de Paiva, com informações sobre o desenvolvimento do projeto e as alterações implementadas.

Foram destacados neste Relatório Final os seguintes pontos:

A) A proposta inicial previa os seguintes produtos:

- 1- Diagnóstico da situação do museu.
- 2- Inventário do acervo.
- 3- Pesquisa histórica.
- 4- Educação Patrimonial.
- 5- Módulo expositivo sobre Arqueologia local, incluindo achados da Várzea do Lopes.
- 6- Projeto Expográfico para implantação da nova exposição de longa duração.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

B) Foi feita alteração no rol os produtos inicialmente propostos, tendo o Projeto Expográfico sido substituído pelos seguintes:

- 1- Relatório técnico de pesquisa histórica junto a acervos de Ouro Preto e Mariana.
- 2- Manual de Inventário do Acervo.
- 3- Manual de utilização do Banco de Dados.
- 4- Treinamento dos funcionários do museu na catalogação de acervos.

C) O módulo expositivo sobre Arqueologia local foi substituído pelo Sistema Informatizado de Cadastramento do Acervo, com banco de dados.

D) Foram feitos produtos além dos previstos, em função das demandas urgentes e prioritárias do museu. Ressaltou-se ainda que o professor René Lommez, coordenador de Museologia do Projeto, estaria trabalhando na elaboração do Projeto Museológico da instituição, documento indispensável para o processo de Requalificação do Museu do Escravo.

E) O acervo e as instalações do museu estão em situação de precariedade e comprometimento. Foram destacados os seguintes problemas: umidade e mofo permanentes; alagamento completo de todas as salas, no período de chuvas; trincas no anexo e problemas de segurança nas instalações.

F) Diagnóstico preliminar apontou ainda problemas nos telhados, nas portas e janelas e nas fundações, além de ausência de condições de acessibilidade e banheiros inadequados.

G) A Prefeitura Municipal de Belo Vale redirecionou verbas para intervenções emergenciais na edificação do museu.

Em 05 de agosto de 2016, a Gerda encaminhou a esta Promotoria o Plano Museológico do Museu do Escravo, elaborado professor René Lommez.

V. Análise Técnica:

Inicialmente, cabe descrever o conteúdo do DVD's relativos à Requalificação do Museu do Escravo encaminhados a esta Promotoria em 30 de junho de 2016:

- **DVD 1:** Inventário Peças INV (I). Fichas de nº 1 a 1.069 fichas, Inventário Peças TUT com 40 fichas, Descrição da metodologia utilizada na elaboração das fichas de inventário. Especificou-se que a categoria INV foi utilizada para peças do museu e a categoria TUT, para peças que estão sob tutela do museu.

- **DVD 2:** Inventário Peças INV (II) . Fichas de nº 1.170 a 2.137 fichas.

- **DVD 3:** Manual de uso do Sistema de Aplicação SCAM (Sistema para Catalogação de Acervo Museológico). Ícone de instalação do sistema. ScamImages (I). Fotografias (INV) de nº 1 a 4.338.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

- **DVD 4:** ScamImages (II). Fotografias (INV) de nº 4.339 a 8.528. Fotografias (TUT) de nº 1 a 148.
- **DVD 5:** Relatório Final de Pesquisa Histórica- São Caetano da Moeda e Belo Vale- Processo de ocupação da região e pastas de arquivo organizado por temas, com cópias da documentação arrolada na pesquisa.
- **DVD 6:** Inventário completo do Museu do Escravo (que se encontra juntado aos autos, contendo categoria, número, nome e foto) e Inventário dos bens sob tutela (40 fichas descritivas).

Com relação ao diagnóstico da situação do Museu do Escravo e ao inventário de seu acervo, este setor técnico considera que as ações foram desenvolvidas de forma adequada e satisfatória. Ressalta-se a importância do inventário como ferramenta de gestão e fonte de conhecimento, permitindo não somente uma visão global sobre as peças que constituem o acervo museológico, mas também sua catalogação e construção de um banco de dados.

Dada a quantidade e heterogeneidade de peças do acervo do Museu do Escravo, no processo de inventário, seu acervo foi dividido em duas categorias: peças que integram, efetivamente, o patrimônio do museu (bens identificados pelas letras INV) e peças que estão sob a tutela da instituição (bens identificados pelas letras TUT). As fichas produzidas trazem uma caracterização detalhada dos objetos, com campos dedicados à identificação, à descrição (material, dimensões, estado de conservação), às informações históricas e às fotografias. Foram elaboradas 2.137 fichas da categoria INV e 40 fichas da categoria TUT.

A pesquisa histórica foi realizada de forma criteriosa e bastante aprofundada, tornando-se referência para o estudo do processo de ocupação do Vale do Paraopeba. Destaca-se a importância do levantamento de fontes documentais junto ao Arquivo Público Mineiro (APM) e ao Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência (AHMI), Casa Setecentista do Pilar.

Na introdução do Plano Museológico encaminhado a esta Promotoria ressaltou-se que se trata de um documento preliminar que tem como finalidade apresentar os elementos preliminares para consolidação de um Plano Museológico para requalificação do Museu do Escravo.

No referido documento, foram destacados os seguintes campos emergenciais para requalificação do museu:

1) Constituição museológica:

Neste tópico foi apresentado um breve histórico da constituição do Museu do Escravo, destacando-se as primeiras iniciativas na década de 1970, a construção do novo edifício em 1988, a constituição e organização do acervo ao longo do tempo e o trabalho de mediação patrimonial e ação cultural. Destacou-se que o processo de acumulação do acervo se deu de forma desordenada e que grande parte dos itens não possui correlação com o tema da escravidão, provocando uma dissolução da identidade da instituição. Recomendou-se que o trabalho de requalificação se inicie com uma discussão sobre a vocação do museu e delineamento da sua missão, levando-se em consideração possibilidades de mediação patrimonial ainda não exploradas. Ressaltou-se a importância de se considerar o relatório de pesquisa histórica que

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

integra o projeto. Dentre as propostas, sugeriu-se que fosse colocada em discussão a mudança do nome da instituição para Museu da Escravidão e que fosse colocada e pauta a remodelação do acervo da instituição, com vistas a gerar novas coleções. Foi proposto um cronograma para os trabalhos de conceituação museológica, com estabelecimento de metas, prioridades e prazos.

2) Constituição institucional:

Neste tópico foi abordada a constituição legal do Museu do Escravo, com apresentação da documentação que fundamenta a criação e organização da instituição. Ressaltou-se que o Museu do Escravo encontra-se omissa em relação a vários pontos do Estatuto dos Museus. Foram estabelecidas como metas a verificação e regularização da documentação de constituição do museu, a elaboração do Plano Museológico em sua versão final, a elaboração do Estatuto ou Regimento do museu, a elaboração ou revisão do documento de vinculação formal do museu à estrutura do município, a definição da constituição jurídica do novo museu, o estabelecimento de novos documentos reguladores de organização institucional, a criação de normas complementares, a criação do Código de Ética, a criação das estratégias de gestão. Ressalta-se que as estratégias e metas de gestão, deverão promover a consonância das atividades da instituição com as políticas de desenvolvimento do setor museal propostas pelo Plano Nacional Setorial de Museus.

3) Corpo técnico:

Neste tópico destacou-se que o corpo técnico do museu é composto por 5 funcionários, sendo um efetivo, servidor da Prefeitura Municipal de Belo Vale, e 4 que atuam com base em contratos temporários. A jornada de trabalho é de 40 horas semanais e nenhum deles possui formação técnica relacionada à Museologia, Conservação, Educação e História. Ressaltou-se que a atuação do museu está focada nas ações de extroversão do acervo, tendo a exposição um papel central no museu. Poucas e descontínuas ações de salvaguarda e pesquisas foram realizadas ao longo do tempo na instituição. Afirmou-se que o Museu do Escravo possui “enorme potencial para o desempenho das atividades museológicas corriqueira em uma instituição completa”. Diante da atual situação do museu, considerou-se que o número de funcionários é suficiente para a atividade de atendimento ao público. Ressaltou-se, no entanto, que para o funcionamento de uma instituição museológica completa e requalificada, o número de profissionais se mostra insuficiente. Recomendou-se a contratação de profissionais especializados, como museólogo e historiador, destacando-se a importância do acompanhamento das propostas pelo poder público municipal. Mencionou-se a baixa remuneração do atual corpo técnico, que foi elogiado no envolvimento com a melhoria da instituição.

4) Acervo:

Neste tópico, ressaltou-se que o acervo do Museu do Escravo é muito heterogêneo, sendo resultante de um processo de acumulação de objetos, “a partir de critérios não facilmente perceptíveis”. O processo de aquisição de novos itens, nem sempre, foi acompanhado de registro. Além disso, ressaltou-se que, raramente, as aquisições foram realizadas considerando a temática da história da escravidão e que uma parte do acervo possui baixa relevância cultural. Sobre os itens diretamente relacionados à

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

escravidão, destacou-se que o acervo preserva antigos estereótipos associados a uma visão tradicional sobre o tema. Como um grande número de peças, encontra-se fora da temática da escravidão, sugeriu-se uma “cisão” no acervo, com a criação de dois museus distintos ou uma “filial” do museu original. Ressaltou-se a importância da existência de uma política de aquisições e de descarte para o museu, bem como da documentação museológica (inventário, Livro do Tombo, sistema de catalogação). Foi destacado que há peças do acervo que pertencem à Igreja Matriz de São Gonçalo, ficando sob tutela da instituição. A ausência de reserva técnica e salas especializadas para tratamento do acervo também foi mencionada. Afirmou-se que cerca de 80% do acervo encontra-se em más condições de conservação e apresenta algum tipo de dano. Recomendou-se a elaboração de um projeto de intervenção centrado no tratamento do acervo, promovendo ações sobre os seguintes campos: gestão do acervo, conservação preventiva e restauro.

5) Arquitetura;

Destacou-se que a edificação onde funciona o Museu do Escravo foi construída simulando a arquitetura colonial brasileira. Formada por um casarão e uma espécie de galpão aos fundos. A sede do museu reforçaria o estereótipo tradicional da escravidão, numa clara oposição entre casa-grande e senzala. Na casa-grande há seis salões de exposição. São elas:

- Sala de recepção, com acervos variados;
- Sala Nelson Moura Brasil, com acervos indígenas;
- Sala Henrique Marques S. Penido, com objetos de arte sacra;
- Sala da Congregação Redentorista, com objetos mistos, parte de cunho religioso;
- Sala Luísa Jacques de Moraes, com utensílios domésticos;
- Sala Ivan Pavie Bojanic, com objetos de tortura e relacionados às religiões africanas.

No andar térreo do casarão grande fica o “Salão Internacional”, espaço de restrita visitação, com objetos de origem diversa representando nacionalidades. Na senzala a exposição está organizada nos seguintes temas: técnicas, moradia e armas.

6) Exposição e outras formas de comunicação museológica.

Neste tópico, voltou-se à questão da centralidade da exposição como principal forma de extroversão do museu. Destacou-se que a exposição abrange quase toda a sede do museu, composta por um casarão, construído com características coloniais, e por um galpão, aos fundos, remetendo a uma senzala. Argumentou-se que esta própria forma de organização da exposição cria cisões entre os universos da escravidão e da casa grande. Com relação ao mobiliário, ressaltou que é constituído por peças de mobiliário doméstico comum, inadequado para exposição e conservação do acervo. Ressaltou-se ainda que grande parte dos móveis encontra-se atacada por cupins e colônias de cupins, colocando em risco a integridade do acervo. Ressaltou-se que as peças expostas não são acompanhadas de legendas e que as salas não exibem textos sobre sua organização curatorial. Deste modo, a fruição do acervo fica dependente de uma visita guiada. Diversas inconsistências na atuação museológica foram apontadas.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

A partir da análise da documentação apresentada a esta Promotoria, é possível afirmar que o projeto de Requalificação Museológica do Museu do Escravo resultou num acurado diagnóstico da edificação e do acervo, bem como das atividades museológicas praticadas pela instituição. Houve significativos avanços, como o inventário e a catalogação do acervo, além da construção de um banco de dados. No entanto, o Plano Museológico apresentado trata-se de um documento preliminar que aponta elementos necessários à consolidação de um Plano Museológico efetivo, a ser elaborado nos termos dos artigos 44 a 47 da Lei nº 11.904/2009. Além disso, não houve proposta de reformulação da exposição de longa duração do Museu do Escravo. Não foram realizados trabalhos no sentido de articular a espacialidade do prédio, o mobiliário existente e os objetos integrantes do acervo, buscando conferir uma lógica interpretativa à exposição. Deve ser observado que a cláusula do TAC prevê proposta de exposição específica sobre as pesquisas e achados realizados na Várzea do Lopes.

Ressalta-se que Relatório Final da Requalificação Museológica do Museu do Escravo justifica que a alteração de produtos inicialmente propostos teria ocorrido em função de demandas emergenciais verificadas no acervo e na edificação.

Quanto ao restauro das urnas funerárias, foi encaminhada a esta Promotoria cópia do ofício nº 001/2016, por meio do qual, o Centro Especializado e Conservação e Restauração de Acervo da UFMG comunica o término dos serviços de restauração do conjunto tampa e corpo da urna funerária de Belo Vale. Foi informado que o bem cultural ficará sob a guarda do MHNBJ até que o Museu do Escravo tenha condições de recebê-lo.

VI. Conclusão:

Após a análise da documentação apresentada pela Gerdau Açominas S/A, o Setor Técnico desta Promotoria considera que, não obstante, a qualidade do trabalho técnico-científico desenvolvido no âmbito da Requalificação Museológica do Museu do Escravo, a cláusula nº 15-c do TAC, assinado entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e a Gerdau Açominas S/A, não foi totalmente cumprida, uma vez que:

- O Plano Museológico apresentado trata-se de um documento preliminar;
- Não foi apresentado o Projeto Expográfico, tendo em vista sua substituição por outros produtos;
- Não foi apresentada proposta de exposição específica sobre as pesquisas e os achados realizados na Várzea do Lopes, que também teria sido substituída por outro produto.

Ressalta-se a necessidade de cumprimento integral da cláusula nº 15-c do TAC, bem como da socialização dos trabalhos produzidos no âmbito do Projeto de Requalificação Museológica do Museu do Escravo.

São essas as considerações deste Setor Técnico, que se coloca à disposição para o que mais se fizer necessário.

Belo Horizonte, 01 de setembro de 2016.

Neise Mendes Duarte
Analista do Ministério Público – MAMP 5011
Historiadora